

RESUMO

A MULHER NEGRA, POBRE E SURDA: lutas e conquistas

Eliza Maria Zago¹

Hilda Lopes Muniz²

Leandro Alves Wanzeler³

Este estudo tem como perspectiva analisar o contexto histórico da mulher na sociedade patriarcal e seus papéis na sociedade atual, mostrando que através das lutas - nos movimentos feministas - muito se conquistou. Hoje ela ocupa importantes papéis na vida política e social no mundo. Os desafios ficam ainda maiores quando olhamos mais atentamente para a mulher negra, pobre e surda. Este olhar pode evidenciar que as lutas são acirradas e, os resultados - para a inclusão - nem sempre significativos. Isto por que esta mulher convive, ainda, com outros preconceitos e conceitos que demandam dos educadores e pensadores das políticas públicas, reflexões e ações que possibilite outro percurso para sua história de vida desta mulher. Nessa ótica, a escolarização precisa trabalhar na defesa da aquisição do conhecimento científico, visando a garantia de direitos, voltando o olhar crítico para os obstáculos vivenciados dentro da escola. A pesquisa será de análise bibliográfica, em contexto histórico, sociocultural e legal. Tendo assim, a escola como reprodutora de valores, conceitos e preconceitos.

Palavras-chaves: Mulher, negra, surda, conquistas, inclusão.

¹ Professora, Mestra em Educação – Ifes – Campus Vitória.

² Professora, Mestra em Educação – SEDU/IASES-UNIP 2.

³ Especialista em Educação Especial e Tecnologia da Educação – Cursando Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola – UFOP e Gestão de Políticas Públicas Gênero e Raça – UFES. SEDU/ES.

A década de 1980 foi marco histórico para o chamado *feminismo da diferença*⁴ que procurou entender como as diversidades culturais, raciais e de classe contribuíram historicamente para as distintas experiências das mulheres brasileiras. Essa perspectiva ficou ainda mais complexa a partir do surgimento da teoria do ponto de vista feminista⁵ defendida por Bairros que afirma:

[...] a experiência da opressão é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista.

A combinação de preconceitos que envolvem o racismo e o machismo tem sido pensada por meio do conceito da *interseccionalidade* e se refere - de modo mais amplo - às articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe. Destaque-se que teve origem nas reivindicações de feministas negras, judias, lésbicas, operárias e outros grupos ditos minoritários que demandaram atenção para a multiplicidade contida na ideia de mulher, argumentando que a opressão não poderia ser entendida unicamente pelo viés da diferença de gênero.

As perspectivas de análise interseccionais se originaram nas demandas e articulação da produção teórica feminista e, como contribuições de ativistas negras, lésbicas e de Terceiro Mundo⁶. Essa produção teórica - nos últimos 30 anos - tem se desenvolvido e se voltado para a reflexão crítica visando uma intervenção política. Identifica-se que a perspectiva interseccional abarca diversas formulações e possibilidades de aplicações que têm sido apontadas entre as principais contribuições do pensamento e da crítica feminista à reflexão sobre desigualdades sociais.

Na história das organizações brasileiras, são referenciadas organizações formadas estritamente, por mulheres negras, desde o início do século XX, entre as quais,

⁴ Neste contexto, o racismo e o preconceito são problemas reais no país.

⁵ *Feminist standpoint* - Luiza Bairros em Nossos feminismos revisitados.

⁶ Quem criou esse termo foi Alfred Sauvy - em 1952 - e foi popularizado rapidamente ao meio jornalístico e diplomático. O termo significava o terceiro estado da sociedade francesa, antes da Revolução de 1789. Indicava um povo com falta de conhecimento e de qualquer privilégio. O significado do termo hoje ainda é válido - embora esteja entrando em desuso - refere-se aos países pobres e com baixo desenvolvimento. <http://geografia-estudo.blogspot.com.br>

pode-se citar: a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em 1908 e a Sociedade Brinco das Princesas, de 1925, respectivamente em Pelotas e São Paulo. Essas mulheres integraram também, uma significativa parcela da Frente Negra Brasileira – FNB - fundada em 1931. Vale dizer que esta organização de mulheres negras foi considerada entre as mais importantes do país na primeira metade do século XX, tendo arregimentado mais de 20 mil associados em diversos estados. Um recorte histórico revela que ainda nos anos 30 foi fundada a primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo. Em 1950, foi fundado o Conselho Nacional da Mulher Negra, formado por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política. Identifica-se, no entanto, que os registros da atuação deste conselho são bastante escassos e imprecisos.

No entanto, foi a partir dos anos 1970 que as organizações de mulheres negras ganharam destacada força no Brasil, reivindicando duplamente o movimento negro e o feminismo. A partir de então, estes movimentos procuraram explicitar a diferença entre as formas de mulheres e homens negros sentirem a discriminação racial e foi também acrescentada à problemática do gênero a questão do racismo. A luta fortaleceu as feministas negras que denunciaram, por um lado, posturas machistas – inclusive dos próprios homens negros - na militância negra e, por outro, o racismo e as desigualdades presentes no movimento de mulheres⁷. Em 1988 foi criado o GELEDÉS⁸, organização que tem como propósito a valorização das mulheres negras e o combate ao racismo.

Continuando, no ano 2000, mais de 20 entidades de mulheres negras pelo Brasil, inclusive o GELEDÉS, compuseram a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB. O objetivo inicial desta Organização foi o de selecionar e apresentar as reivindicações das mulheres negras brasileiras durante a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001. Posteriormente, a entidade ampliou seus objetivos, dedicando-se a reivindicação de políticas públicas de

⁷ Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras a chamar atenção para essa intersecção de preconceitos. Algumas intelectuais negras, entre as quais, Lélia combinou uma intensa militância de rua a uma atividade de produção intelectual militante.

⁸ GELEDÉS - *Instituto da Mulher Negra* - <http://www.abong.org.br>.

proteção e promoção dos direitos das mulheres negras no país, bem como a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia.

O Brasil avançou em muitas áreas do conhecimento, todavia, o preconceito ainda tão presente nas relações cotidianas não contribui para uma convivência justa e harmoniosa construindo uma subdivisão dentro da sociedade. Nessa perspectiva, a discriminação se revela ainda mais evidente quando a mulher em questão é pobre e surda que, ainda pode ter como agravante a aparência feia e descuidada, considerando que o padrão de beleza mais aceito no Brasil é o europeu. Neste contexto, o racismo e o preconceito são problemas reais no país.

Ressalte-se que dentro de uma sociedade patriarcal e machista - nos moldes da brasileira - a bem da verdade, a mulher ainda não adquiriu uma igualdade de gênero e quando se fala nas relações da mulher na sociedade do trabalho, existe uma fragmentação dentro do movimento feminista entre mulheres brancas e negras e, de forma agravante, estas com deficiências. No caso do presente estudo, a mulher com surdez, que igualmente, sofre com a segregação social, via de regra, fica invisível no contexto em que está inserida.

Este trabalho que tem por objetivo uma reflexão a respeito da situação das mulheres brasileiras, negras, pobres e que apresentam algum tipo de deficiência, revela que ainda são tratadas como invisíveis socialmente e consideradas como incapazes de praticar atividades que exijam algum grau de intelectualidade, seja nas instituições de ensino ou no mercado de trabalho.

Além da depreciação da pessoa que passa a ser julgada como incapaz para o trabalho por sua deficiência, considere ainda que há forte vinculação com a estética. Ressalte-se que um significativo número de mulheres, na observação dos autores deste artigo, fica fora dos padrões de beleza. Caracteriza-se, também, que estes padrões de estética foram construídos historicamente e, por ser construção, passam também por processos de desconstrução.

A Constituição de 1988 trouxe mudanças importantes na legislação brasileira no que diz refere a inclusão de pessoas que apresentem alguma deficiência. Caracteriza-se que as mudanças mais significativas ocorreram a partir da manifestação da vontade de muitas pessoas brasileiras que, de forma sistemática protestaram e reivindicaram

direitos das chamadas minorias, a saber, os marginalizad@s⁹, negr@s, índi@s, idosos@s e pessoas com alguma deficiência.

Porém, sem muito esforço, é possível perceber que no Brasil o preconceito e a discriminação ainda crescem de forma desordenada. Esta cultura contribui em muito com a segregação de inúmeras mulheres negras, pobres e deficientes, do convívio social, além da prática da violência simbólica. De forma oportuna é possível afirmar que a noção de preconceito se refere a um julgamento prévio, injusto e negativo em relação a um grupo ou a determinada pessoa sem, muitas vezes, nem ao menos conhecê-la ou oportunizar experiências que revelem potencialidades. A discriminação é uma atitude de segregar baseada no preconceito. Tanto o preconceito quanto a discriminação são práticas reiteradas sobre a mulher negra, pobre com agravamento ela tem algum tipo de deficiência.

Fazendo uma ponderação sobre a realidade dessas mulheres negras, pobres, feias e com deficiências, é possível verificar que as mesmas sofrem preconceito e discriminação por reunirem atributos físicos que as desqualificam para o mercado de trabalho, concursos de beleza e convívio social, inclusive, nas instituições de ensino. Outra questão não menos importante, mostra que por possuírem cor da pele com uma acentuada proporção de melanina que as caracterizam como pardas ou negras, por possuírem alguma parte do seu corpo destoante do que foi adotado como beleza pelos padrões burgueses. Elas são previamente descartadas e para livrarem-se desse descarte precisam travar uma dupla e injusta luta: a luta com a sua baixa auto-estima e a luta com quem age para baixar a sua auto-estima.

Nessa lógica da busca da perfeição e da normalidade, o preconceito se reproduz até os dias atuais. No entanto, é preciso lembrar que tivemos algumas mudanças positivas para as mulheres. Prova disto é que hoje temos mulheres ocupando altos cargos que antes eram ocupados apenas pelo sexo masculino, mas vale ressaltar que muitas dessas mulheres se enquadram no padrão da normalidade e da aceitabilidade social, estabelecida pela sociedade burguesa, que se caracteriza como seletiva e exigente e muitas vezes injusta.

⁹ O uso do ícone arroba é um empréstimo da Libras para caracterizar o gênero que pode ser o masculino ou feminino.

Em se tratando de mulheres negras, nem sempre vistas como bonitas, pobres e com deficiências, há situações emblemáticas que aparecem mais no mundo do esporte na modalidade de esporte paralímpico, situação que evidencia para as pessoas incrédulas as estratégias de superação de obstáculos e a força da criatividade humana.

No contexto do preconceito e discriminação estas pessoas são desumanizadas, reduzidas a apenas um atributo. Deixa de ser uma pessoa singular e se transforma em nomes, números e, muitas vezes, de forma pejorativa, tais como o cadeirante, cego e o surdo. As interações com o indivíduo estigmatizado são feitas tendo como ponto de partida o rótulo que lhe foi embutido socialmente.

Em busca de um novo modelo social foi instituído o dia 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social. Sassaki (2002) conceitua inclusão social como sendo um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais. Em contrapartida e simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade. Deste modo, Valadares (2009) afirma que este é um processo bilateral, no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Identifica-se, dessa forma, que a sociedade através das diversas instituições sociais - escola, empresas, espaços religiosos e outros - têm papel relevante nesta inclusão desse grupo de pessoas. Nesse contexto, educação e o instrumento que pode, além de socializar e incluir esta categoria de mulheres, ou seja, as negras, pobres e com os mais variados tipos de deficiências, visando a construção de numa sociedade realmente igualitária, buscando minimizar as dificuldades individuais.

Considerando que todas as pessoas, sejam homens ou mulheres, são diferentes, seja no tipo físico, no gosto pessoal, na cor dos olhos, da pele, no poder aquisitivo, dos cabelos, contudo, são pessoas que requerem tratamento igual, respeitadas as diferenças.

Identifica-se que os preconceitos estão arraigados no coletivo da sociedade brasileira, provocando ações excludentes no seio das instituições de ensino e também no mercado de trabalho. Estas são questões, ainda, desafiadoras para

educador@s, educand@s e trabalhador@s em todos os ramos da sociedade do trabalho.

Segundo Louro (1997:47) que trata essa problemática em seu livro *Gênero, Sexualidade e Educação* abordando a questão da relação de poder, pois para ela [...] *a atribuição da diferença está sempre implicada em relações de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência*. De acordo com Le Breton (2003):

[...] a visão negativa construída em torno das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, proporciona uma análise contrária da essência do ser humano.

Ou seja, com base nesta afirmativa, pode-se dizer que ao invés de observar a beleza interior que cada indivíduo é possuidor, dessa forma, buscam apenas a constituição de um corpo perfeito, sem qualquer tipo de deficiência.

O mesmo autor (2007:73-74).diz ainda que:

Nossas sociedades ocidentais fazem da 'deficiência' um estigma, quer dizer, um motivo sutil de avaliação negativa da pessoa. Fala-se então de "deficiente" como se em sua essência o homem fosse um ser "deficiente" ao invés de 'ter' uma deficiência.

Dessa forma, este artigo está fundamentado, também, nas Leis 4.024/61, 5.692/71, 9.394/96 que são instrumentos legais, que enfocaram a educação inclusiva no Brasil. Ao parece, a intencionalidade era de tornar o estar na escola, acessível para tod@s, para que estejam presentes na escola com o discurso da busca de uma integração d@s mesm@s na sociedade.

A Lei 9692/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - Capítulo V, Artigo 58, trata da educação especial, estabelecendo que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos de necessidades especiais.

No que diz respeito a inclusão/integração das mulheres negras, pobres e com alguma deficiência, ainda, é vista como um desafio constante que vivenciamos, uma vez que ainda carece de melhorias nos vários aspectos que implicam na qualidade de ensino. Entre estes aspectos pode-se citar a formação de profissionais capazes de atender a demanda que esta modalidade de ensino requer.

No caso específico da pessoa surda, a inclusão esbarra no desconhecimento, por parte dos atores da escola, da Língua Brasileira de Sinais. Em outras palavras, a inclusão de pessoas com surdez só em outras palavras, e preciso que haja formação dos professores das diversas disciplinas para o uso da Libras durante o exercício da aula.

A partir dos estudos sobre a fala de Paulo Freire que afirma, com ênfase, que [...] *toda educação deve contribuir para transformação*, deve caber aos responsáveis por políticas públicas de educação inclusiva, formar os profissionais de modo a preparar aqueles que anseiam por aprender e aprender e adquirir o logos - a palavra escrita e falada visando alcançar as pessoas, respeitando os seus saberes e seus limites. Como dizia Platão: [...] *A direção na qual a educação coloca um homem determinará a sua vida futura*. O conhecimento proporciona ao indivíduo experimentar novos horizontes e romper seus limites.

Neste sentido Stainback (1999, p.27) diz que:

Quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação.

Quando as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em maior conflito social e em uma competição desumana.

Entretanto, quando as instituições de ensino são excludentes, contribuem de forma negativa para formação da cidadania, tendo em vista que a prática do preconceito fica de certa forma presente na consciência das pessoas e, portanto, cristalizando, sobremaneira, os conflitos sociais e alimentando uma competição ainda mais injusta na qual apenas os mais fortes, isto é, os que têm atributos correspondentes aos padrões estabelecidos - por uma sociedade burguesa, seletiva e coerente com o modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil - sobrevivem e vencem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que ainda hoje, a mulher negra pobre e surda - dentro do sistema educacional - passa por processos de segregação, não obtendo oportunidades igualitárias em relação as demais pessoas que compõem a comunidade escolar. A análise dessa problemática deve mostrar que é preciso dirigir outro olhar sobre a diversidade e reivindicar políticas públicas inclusivas, voltadas para as mulheres

negras, pobres e surdas para que desta forma seja possível erradicar o preconceito de que as mulheres afrobrasileiras e com deficiências são incapazes de desenvolverem suas habilidades, sejam elas físicas, cognitivas e artísticas.

Após as reflexões aqui apresentadas verificou-se que a mulher - no conceito burguês - para ser considerada bela e ser aceita socialmente, tem que ter a cor da pele branca, de preferência com olhos azuis ou verdes, magra de corpo nos padrões considerados perfeitos. Dessa forma, a mulher negra, gorda, pobre e com deficiência foge do padrão e fica excluída. Para estas, só restaram os rótulos pejorativos incluindo entre estes, os de aleijada, enfeitada, manca, cega, mudinha, doidinha e outros de igual teor. Com esse bombardeio de palavras e ações perversas, as mesmas passam por um processo de depreciação e perdem - embora possam recuperar - força de luta e muitos anos de vida social pois vivem reclusas.

Isto por que os professor@s, os técnic@s e outros ator@s que atuam de forma direta com essas mulheres negras, pobres e surdas não estão recebendo a necessária formação didático-pedagógica específica, que @s credenciem para atuar junto a educação dessas mulheres, alvo de estudo neste artigo. Ressalte-se que quanto mais grave for a deficiência dessas alunas negras, pobres e surdas, mais qualificada deverá ser a formação destes profissionais.

A educação de pessoas surdas tem uma longa trajetória marcada por períodos curtos de boa intencionalidade governamental e pedagógica e por períodos críticos. Todavia, indicadores apontam que o sistema educacional está passando por um processo de reconfiguração, com o surgimento da obrigatoriedade da inclusão e acessibilidade desses indivíduos.

As instituições de ensino necessitam de educadores que se conscientizem na construção de uma metodologia de ensino e aprendizagem com novos valores que potencializa o educand@ tirand@-@ processo de segregação e proporcionando uma visibilidade através de suas especificidades, no caso da mulher negra, pobre e surda, desenvolvendo uma inclusão de fato, na qual correção das atividades seja adaptada para sua língua mãe, ou seja, a língua de sinais, sendo trabalhada no currículo escolar a disseminação da cultura negra e a cultura surda, usando exemplos correlacionados ao cotidiano. Nessa perspectiva irá criar um novo país

uma nova terra, onde todos se respeitem e se ajudem na realização de sonhos, projetos e objetivos.

O estudo revelou que preconceito social - existente no contexto brasileiro - pode levar estas milhares de mulheres negras, pobres e surdas a criarem um mundo só delas, fazendo com que as mesmas construam barreiras subjetivas que se tornem intransponíveis, fazendo que as demais pessoas as olhem com compaixão, ao invés de respeito e admiração. Mas, mostrou também que uma educação inclusiva, apropriada para a todos e especialmente para as mulheres negras, pobres e com deficiências, poderemos mostrar à sociedade brasileira, que as mesmas também são capazes de conviver com suas limitações e desempenhar papéis importantes na sociedade.

REFERÊNCIAS

Araújo, Bárbara. **Enegrecer o feminismo**: movimentos de mulheres negras no Brasil – Disp.: <http://www.unifem.org.br>.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Ano 3. 2º semestre, 1995. p. 458-463. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, SC.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 30 de setembro 2012.

_____. **Lei 9692/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 28 de setembro 2012.

CANAU, Vera Maria (coord.). **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: PD&A, 2003.

FONSECA, Ivonildes da Silva e NICÁCIO, Edivânia Floro. **A (in) visibilidade das mulheres negras e deficientes no Brasil**. Disp.: www.ufpb.br/evento.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista / Vozes, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma Sociedade para Todos**. 4.ed., Rio de Janeiro: WVA, 2002.

_____. **Inteligências múltiplas na educação inclusiva**. São Paulo, 2001. TD. 2001

_____. **Vocabulário usado pela mídia: o certo e o errado**. Recife, 2000

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VALADARES, Antonio. **Dia da inclusão social em 10 de dezembro, já é oficial**. Disponível em: <http://acvaladares.blogspot.com.br/2009/10/dia-da-inclusao-social-em-10-de.html> Acesso em: 18 de outubro de 2012